

VALENTES VINGADORES: OS GUARDAS NACIONAIS RIOGRANDENSES COMO SÍMBOLOS DO IMPÉRIO DO BRASIL

André Fertig*

RESUMO

Neste artigo analisaremos a Guarda Nacional do Rio Grande do Sul como instrumento simbólico de construção do Estado e da nação, no Brasil da segunda metade do século XIX. A partir deste objetivo, enfocaremos os discursos de autoridades do Império, como os dos Presidentes de Província, que representavam um guarda nacional rio-grandense, desde meados do século XIX, imbuídos do projeto de uma identidade nacional vinculada ao Império do Brasil. Nesse sentido, buscamos compreender o significado atribuído por estes agentes do poder estatal à milícia rio-grandense. Também enfocaremos os discursos presentes na imprensa política rio-grandense da época, que constroem uma imagem de milicianos heroicos e valorosos no intuito de salientar o serviço militar prestado e o papel político exercido pela Província do Rio Grande do Sul na construção do Estado nacional. **PALAVRAS-CHAVE:** Império do Brasil; Identidade Nacional; História Política.

ABSTRACT

In this paper we will analyze the National Guard of *Rio Grande do Sul* as symbolical means of construction of the Brazilian State and Nation from the second half of XIX century. From this purpose, we will focus on the speeches of authorities from the Empire, such as Province Presidents, that represented a *rio-grandense* national guard, since middle of XIX century, imbued of a national identity to the Empire of Brazil, searching to comprehend the meaning attributed by these agents of the power of state to the *rio-grandense* militia we will also concentrate attention to the speeches present in the *rio-grandense* political press from that time, that builds an image of heroic and valorous militiaman for the purpose of emphasizing the military service performed and the political role carried out by the province of *Rio Grande do Sul* on the construction of the national State.

KEYWORDS: Empire of Brazil; National Identity; Political History.

A Guarda Nacional, milícia criada em 1831 pelo Império do Brasil e composta por todos os homens brasileiros entre 21 e 60 anos de idade que tivessem condições de ser cidadãos que pudessem votar nas eleições primárias, representou um dos importantes pilares

* Doutor em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

político-institucionais da construção do Estado nacional no Brasil do século XIX. Além de suas funções primordiais, explicitadas desde a lei que a criou, visando à manutenção da ordem interna e de força militar a serviço do Império em conflitos externos, gostaríamos de discutir neste artigo uma questão que consideramos fundamental: em que medida a milícia funcionava, para o Império, como um instrumento simbólico de construção da nação, cumprindo o papel político de ser uma instituição que estimulava, naqueles que a compunham e até mesmo no restante da sociedade, o sentimento de pertencer a uma comunidade imaginária, a nação.¹

Com o intuito de compreender a Guarda Nacional sob o ponto de vista simbólico, tomaremos como fonte os discursos dos agentes do Estado imperial presentes na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Entendemos esses discursos como representações que produzem uma imagem da Guarda Nacional rio-grandense como instituição plenamente integrada à nação. Nosso intento é perceber como estes agentes do poder estatal, como indivíduos inseridos em um contexto histórico específico, o do tempo histórico da consolidação do Estado imperial, construíram uma determinada representação acerca da milícia rio-grandense e de seus componentes. Objetivamos, portanto, com a análise de alguns discursos (representações), compreender o significado atribuído, pelas autoridades do poder central, à atuação da Guarda Nacional rio-grandense na segunda metade dos oitocentos.

Para cumprir tal finalidade, nos fundamentamos em alguns preceitos teóricos que, em nosso entendimento, contribuem para a produção do conhecimento histórico. Partimos do conceito de representação através das reflexões de Jacques Le Goff e, principalmente, de Roger Chartier. Para Le Goff, a representação, que se materializa em discursos e imagens, é a tradução mental de uma realidade exterior percebida e que possui como finalidade apreender/significar o mundo real (1985). Em consonância com essa noção, Chartier, que se fundamentou nos estudos de Marcel Mauss e Emile Durkheim, caracterizou as representações como configurações

¹ Fundamentamo-nos no conceito de nação como comunidade política imaginada proposto por ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989. Em sua reflexão teórica, Anderson definiu o conceito afirmando que a nação é uma comunidade *imaginada* porque nem mesmo os membros das menores nações conhecerão a maioria de seus membros. A nação é *limitada* porque até mesmo a maior delas possui fronteiras finitas, deseja ser *soberana* porque busca ser livre e, importante, é pensada como *comunidade* porque o sentimento nacional não considera as desigualdades internas na qual, , conforme Anderson, “tantos milhões de pessoas, não só mantêm, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas”. Também entendemos o conceito de nação a partir das análises de Eric Hobsbawm, que definiu o termo como sendo composto por “qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma ‘nação’”. Sobre a discussão do conceito de nação ver as seguintes obras de Hobsbawm: *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1998; *A era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, mais especificamente o capítulo sexto, intitulado “Bandeiras desfraldadas: nações e nacionalismo”.

intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade. Chartier constatou que não há prática ou estrutura na história que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, através das quais os indivíduos ou grupos dão sentido ao mundo em que vivem (1991, p. 173-187).

Essas representações presentes, por exemplo, nas falas de alguns ministros da Justiça e presidentes de Província, retratavam a milícia como uma instituição heróica e patriótica que, ao longo do Império e, mais precisamente, durante o Segundo Reinado, era composta por cidadãos já completamente integrados sentimentalmente ao Estado nacional. Portanto, pretendemos analisar o imaginário social construído acerca da Guarda Nacional rio-grandense pelas autoridades do governo imperial, buscando compreender quais eram as visões construídas sobre a milícia pelas autoridades do governo imperial e, inclusive, por uma parcela da imprensa política porto-alegrense da época. Compreendemos o imaginário social como o processo de elaboração em cada sociedade e, em determinado tempo, de um sistema de idéias e imagens de representação coletiva, através do qual as sociedades definem a sua identidade e atribuem sentido e significado às suas práticas sociais.²

Para justificar a importância de analisarmos simbolicamente a Guarda Nacional, gostaríamos de frisar ainda que partimos do princípio de que todo poder institucional necessita, para se sustentar e se fortalecer, de um conjunto de rituais, tradições, símbolos, que o representem e sejam responsáveis pela construção de uma imagem positiva acerca de si mesmo. Além disso, consideramos que em regimes monárquicos, como foi o caso do Brasil imperial, a dimensão simbólica do poder assumiu uma importância bastante significativa. Como afirmou Lilia Schwarcz, “é talvez na monarquia que se concentra, de maneira mais formalizada e evidente, o uso de símbolos e rituais como alicerce do poder” (1998, p. 27).

Em diversos discursos pronunciados por algumas autoridades do governo imperial, tais como presidentes de Província e ministros da Justiça, percebemos, em suas falas, a tentativa de construir uma imagem da Guarda Nacional rio-grandense identificada com o Estado imperial. Esses representantes do poder central conferiam certos atributos aos cidadãos rio-grandenses na tentativa de sintonizá-los com o

² Estamos nos fundamentando no conceito de imaginário social e da própria reflexão teórica sobre o tema de Sandra J. Pesavento em, entre outras obras, *A invenção da sociedade gaúcha*, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 2, n. 14, 1993.

Império do Brasil, oferecendo, desse modo, uma representação do guarda nacional da Província como sujeitos marcados pelo heroísmo e pelo patriotismo, como soldado que defenderam o Império nos diversos momentos em que foram requisitados, principalmente nas intervenções do Brasil no Prata nos inícios da década de 1850 e durante a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Desde os anos iniciais da década de 1850, a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul era entendida pelos agentes do Estado imperial como uma força que atuaria à semelhança de um Exército regular. Quando do relatório apresentado, em 30 de junho de 1851, pelo presidente da Província, Pedro Ferreira de Oliveira, a seu sucessor, Luis Alves de Lima e Silva, o então Conde de Caxias, ficavam bastante explícitas as intenções do governo central para com a milícia. Segundo o relato do presidente Oliveira, a Guarda Nacional em breve se equivaleria à organização das tropas de 1ª Linha, em termos de armamento e disciplina. Colaboraria para tal objetivo o sentimento que possuíam os rio-grandenses que, de acordo com o presidente, estavam “animados dos mais sinceros desejos e da melhor vontade de empunharem as armas quando necessário (...) para sustentarem a dignidade do Império, não existindo a menor divergência quanto ao apoio ao Império”³.

Porém, ao contrário do que afirmou o presidente Oliveira, os rio-grandenses que residiam no Estado Oriental, como era usualmente denominado o Uruguai na Província, combateram as forças de Manuel Oribe e Juan Manuel Rosas, não por estarem imbuídos de uma identidade nacional que, por si só, os motivaria a pegar em armas para defender o Império, mas, sem dúvida, animados e interessados na defesa de seus interesses privados que estavam sendo prejudicados pela política adotada naquele momento no Uruguai. Por coincidência, naquela conjuntura, os interesses do Império estavam em consonância com os interesses dos senhores rio-grandenses que residiam no Uruguai, o que permitiu, naquele contexto específico, a efetivação de uma aliança do poder local, representado pelos senhores guerreiros, com o poder central.

Esse esforço do presidente Oliveira em tentar tranquilizar seu sucessor, salientando que a guarda rio-grandense estava pronta para sustentar, sem divergências, o governo imperial, nos indica certo temor do poder central com as potenciais rebeldias dos chefes rio-grandenses, entre eles muitos comandantes e

³ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (nas notas seguintes, AHRs), A-7.04, Relatório do presidente da Província Pedro Ferreira de Oliveira, 30/06/1851.

demais oficiais da Guarda Nacional que, senhores guerreiros ao longo da história da colonização portuguesa do Rio Grande do Sul, e com mais intensidade já durante o Império, na Guerra Farroupilha (1835-1845), revoltaram-se contra a política centralizadora do Estado brasileiro.

Inferimos que, nos anos iniciais da década de 1850, houve um processo de cooptação dos chefes locais rio-grandenses, via Guarda Nacional, ao projeto imperial bragantino. Encontramos diversas correspondências entre presidentes da Província e comandantes superiores, tratando do perdão aos farroupilhas e incorporação dos mesmos à milícia e ao Exército⁴, inclusive aqueles que faziam parte da instituição durante a Guerra Farroupilha e desertaram para se aliar aos revoltosos foram perdoados. Em correspondência ao comandante superior da Guarda Nacional de Rio Pardo, coronel José Joaquim de Andrade Neves, o presidente Pedro Ferreira de Oliveira sugeria que fossem perdoados os indivíduos que haviam desertado dos Corpos de Cavalaria da milícia de Rio Pardo “durante a rebelião desta Província”⁵, salientando que caberia ao comandante superior avisar-lhes que não seria adotado nenhum procedimento criminal contra eles, desde que estes cumprissem a promessa de se alistarem. Esse processo de cooptação, em nosso entendimento, configura-se também num bom exemplo do papel da Guarda Nacional como instrumento que, na década de 1850, articulou as esferas de poder central e local, buscando conciliar os interesses do governo imperial com os anseios dos poderosos locais da Província do Rio Grande do Sul.

Mesmo assim, permanecia alguma apreensão quanto ao comportamento dos senhores rio-grandenses em relação ao poder central. Essa desconfiança traduzia-se na conduta das autoridades do governo imperial em relação à organização da milícia, refletindo-se na dificuldade de constituição da Guarda Nacional durante os anos iniciais da década de 1850. Em correspondência ao ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, em 9 de julho de 1850, o presidente da Província Pimenta Bueno comentava as dificuldades enfrentadas para a organização da milícia, atribuindo tal situação a

⁴ Esse processo teve como ponto de partida o tratado de paz entre o Império e os farroupilhas, assinado em 28 de fevereiro de 1845, em Ponche Verde, atual município de Dom Pedrito. Por esse convênio, que marcou a submissão dos farroupilhas ao projeto imperial bragantino, os oficiais rebeldes poderiam ser incorporados ao Exército brasileiro com a conservação de suas patentes. O mesmo artigo 3º isentava os farroupilhas de prestarem serviço na Guarda Nacional e no Exército de 1ª linha, a menos que desejassem servir voluntariamente.

⁵ AHRS, A-4.66, Correspondência expedida pelo presidente da Província Pedro Ferreira de Oliveira ao CSGN de Rio Pardo coronel José Joaquim de Andrade Neves, 30/04/1851.

falta de oficiais de confiança, salientando que não era “possível instruí-los sem dar-lhes primeiramente armamento”⁶, algo que, segundo o presidente, era extremamente temerário. Percebe-se a autoridade provincial em posição complicada, pois, ao mesmo tempo em que desconfiava das lideranças locais da Guarda Nacional, gostaria de tê-los ao seu lado para uma eventual intervenção militar no Prata. Inferimos este dilema a partir das palavras de Pimenta Bueno o que, se por um lado admitia que, para melhorar a organização da instituição, seria necessário demitir alguns comandantes de Corpos que não eram de sua confiança, por outro considerava que não poderia prescindir do máximo de força da Guarda Nacional, já que, segundo ele,

as últimas notícias do Rio da Prata têm chamado toda a minha atenção sobre a organização das Forças da Província, e têm me persuadido que na probabilidade, senão certeza de uma guerra, os Corpos móveis não serão suficientes para substituí-la, e sim teremos necessidade da totalidade da Guarda Nacional⁷.

Ainda em julho de 1858, o presidente da Província, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, enviava correspondência ao ministro da Justiça, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, cuja temática era a maneira como tinham sido incorporados à Guarda Nacional os oficiais rebelados durante a Guerra Farroupilha. Fazendo uma retrospectiva da incorporação dos oficiais farroupilhas, o presidente Ferraz comentava que, primeiramente, tais oficiais estavam isentos do serviço de 1ª linha, conforme as instruções de 18 de dezembro de 1844, artigos 3 e 8, e que, posteriormente, como era “tradição nesta Província”⁸, se garantiu que, quando os serviços desses oficiais anistiados fossem necessários ao Império, estes seriam empregados nos postos que haviam ocupado nas forças rebeldes, conforme previa o tratado de paz de Ponche Verde citado há pouco. De acordo com Ferraz, esse procedimento fora adotado na Campanha do Uruguai, quando “todos os oficiais anistiados chamados ao serviço entraram nos postos que tinham antes da anistia, (...) sendo depois empregados nos mesmos postos na Guarda Nacional”⁹.

Além da incorporação dos antigos rebeldes farroupilhas à Guarda Nacional, o poder imperial passou a ter como estratégia de mobilização da milícia a construção de uma imagem de uma Província integrada ao projeto imperial. Seguindo esta lógica, os

⁶ AHRS, A-2.60, Correspondência da Presidência da Província ao Ministério da Justiça, 09/07/1850.

⁷ Idem.

⁸ AHRS, A-2.15, Correspondência da Presidência da Província ao Ministério da Justiça, 17/07/1858.

⁹ Idem.

agentes do Estado imperial, e aqui estamos referindo-nos principalmente aos presidentes de Província, formulavam discursos com uma manifesta intenção de valorizar a participação da milícia rio-grandense na defesa do Estado imperial. Em 6 de outubro de 1853, por exemplo, o então presidente da Província, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, elogiava a atuação da Guarda Nacional como força militar que havia defendido o Império do Brasil nas lutas contra o Estado Oriental. Ressaltando as qualidades patrióticas da milícia rio-grandense, característica tão fundamental na visão dos agentes do poder central, ainda mais numa Província sempre dada a rebeldias para com o poder central, assim referia-se Sinimbu acerca do comportamento da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul após o enfrentamento contra Juan Manuel Rosas e Manuel Oribe:

Repousando das fadigas de uma campanha que será um perpétuo padrão de glória para esta Província, pelo valor e bizarria (sic) com que seus habitantes unidos pelo laço do mais acrisolado patriotismo enristaram as lanças para vingar os brios nacionais a abrilhantar a Coroa Imperial, a valente Guarda Nacional de volta do Estado Oriental depôs a vestidura de guerreiro para assumir o seu caráter cívico. O Governo Imperial desejoso de vê-la descansar das fadigas da guerra, ordenou que fosse dispensada do serviço militar¹⁰.

Contudo, apesar da dispensa concedida pelo Império, a Guarda não foi totalmente desmobilizada do serviço militar ao longo da década de 1850, após o conflito contra Rosas e Oribe. Segundo Sinimbu, em razão do desfalque dos regimentos de cavalaria do Exército, o “pesado serviço das fronteiras ainda exigiam que cerca de quinhentas praças”¹¹ continuassem a auxiliar o Exército.

No Relatório do ano seguinte, de 1854, novamente o presidente Sinimbu tecia eloquentes elogios ao caráter patriótico da Guarda Nacional rio-grandense, observando que, apesar de não estar devidamente organizada, a “briosa Guarda Nacional desta Província (...) acabou de dar uma exuberante prova de seu patriotismo e dedicação ao serviço do Estado”¹². O presidente estava referindo-se mais precisamente aos cerca de 2.000 guardas que auxiliaram o Exército na fronteira de Bagé, pois estavam integrados à Divisão Imperial Auxiliadora, mobilizada pelo

¹⁰ AHRS, A-7.03, Relatório do presidente da Província João Lins Vieira Cansansão Sinimbu à Assembléia Provincial, 06/10/1853.

¹¹ Idem.

¹² AHRS, A-7.03, Relatório do presidente da Província João Lins Vieira Cansansão Sinimbu, 02/10/1854.

Império em razão da guerra civil entre *blancos* e *colorados* que ocorria na República Oriental do Uruguai.

No dia 28 de março de 1854, segundo descrição do presidente Sinimbu, os Corpos da Guarda Nacional da Província uniram-se aos Batalhões de Linha, percorrendo as margens do Rio Negro em direção ao Uruguai para “desempenhar a honrosa missão que ali os levou”¹³. Essa participação da Guarda ficaria, conforme Sinimbu, para sempre em sua memória, pois “são dessas impressões que não se esquecem, e das quais sempre me recordarei com orgulho de Brasileiro”¹⁴.

No plano da ação militar, a atuação em favor do Império do Brasil na guarnição das fronteiras e nas guerras em que este se envolvia na Região do Prata, principalmente nos primeiros anos da década de 1850 e depois durante a Guerra do Paraguai, constituíram-se em tarefas fundamentais exercidas pela Guarda Nacional rio-grandense. Utilizada como uma instituição que teria o papel de fazer com que os cidadãos do Rio Grande do Sul se sentissem, pelo menos um pouco, mais brasileiros, a milícia serviu, nesse sentido, como um instrumento incentivador da integração da população da Província ao Brasil, desejando enquadrar os muitas vezes “arredios” rio-grandenses à nação em construção.

No plano simbólico, portanto, para cumprir com o objetivo de integração dos rio-grandenses à nação, autoridades do Império, como os ministros da Justiça e os presidentes da Província do Rio Grande do Sul, ressaltavam o caráter patriótico da milícia rio-grandense, pretendendo construir, através de seus discursos, a imagem de uma instituição e, em consequência, de uma Província com cidadãos definitivamente identificados ao Estado imperial. Não temos como concluir se esse discurso refletia mais o desejo dos representantes do governo central ou se, de fato, correspondia à realidade do caráter da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, integrada ao projeto imperial bragantino, através de sua participação na defesa da ordem interna e como força militar na defesa do Império. Talvez devêssemos considerar as duas possibilidades, pois não há como negar que, sob o ponto de vista militar, a instituição serviu efetivamente como instrumento de integração dos rio-grandenses ao Império e à nação em formação, mesmo que essa integração, como sabemos, tenha acontecido, muitas vezes, através de recrutamento à força de guardas nacionais para o serviço ativo.

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem.

Todavia percebemos que os representantes do poder central buscavam, isto sim, por intermédio de seus discursos, valorizar a participação da milícia rio-grandense na defesa do Império, pois dessa maneira acreditavam que poderiam, talvez, atenuar os prejuízos dos cidadãos da Província com os contínuos destacamentos para o serviço ativo a que eram submetidos. Além disso, o que parecia ser mais importante, as autoridades do governo imperial produziam um discurso que conclamava pela unidade dos cidadãos em favor de uma causa nacional. Para cumprir tal objetivo, defendiam que, independentes dos conflitos e interesses que marcavam a política interna brasileira, deveria haver, antes de tudo, uma identificação dos rio-grandenses ao Estado nacional, que se materializaria na sua mobilização para a guerra.

Portanto, incentivar a mobilização dos cidadãos rio-grandenses para o combate militar consistia num eficaz instrumento para identificá-los com o poder central. Sabemos que uma das funções primordiais das guerras até hoje tem sido tentar fortalecer o sentimento nacional da população, buscando amenizar ou fazer esquecer as questões e problemas internos, contribuindo, dessa maneira, para uma maior identificação dos cidadãos com o seu Estado. Para Eric Hobsbawm, a capacidade para a conquista era um dos critérios importantes que permitia a um povo ser classificado como nação. Segundo ele, de acordo com uma concepção que se difundiu no século XIX, não havia “nada como um povo imperial para tornar uma população consciente de sua existência coletiva como povo (...)” (1998, p. 49-50).

Em 24 de agosto de 1865, o presidente da Província, Francisco do Rego Barros, Visconde da Boa Vista, ao recomendar ao comandante superior da Guarda Nacional de Porto Alegre, entre outras medidas, a execução do decreto número 3.505, que equiparava legalmente os Corpos de Voluntários da Guarda Nacional aos Corpos de Voluntários da Pátria, possuía a expectativa de que tal decreto não fosse “pervertido por conveniências políticas”¹⁵. O sentido do discurso do Visconde era buscar a identificação da Guarda Nacional da Província ao Império e, nesse sentido, à própria figura do Imperador, presente naquele momento na Província:

(...) sendo certo que para a causa da guerra, que é uma causa comum, o Governo Imperial quer e invoca o esforço de todos os brasileiros. Faça Vossa Excelência sentir a Guarda Nacional do seu superior comando, que

¹⁵ A-4.78, Correspondência expedida pelo presidente da Província Visconde da Boa Vista ao CSGN de Porto Alegre e São Leopoldo, 24/08/1865.

sendo urgente o seu auxílio, para que o nosso Exército possa salvar e vingar a pátria invadida e ultrajada pelo Estrangeiro, e impondo-lhe este dever a Constituição do Império e a Lei de sua instituição, nenhum Guarda Nacional pode, sem desdizer o nome de Brasileiro, deixar de acompanhar a Sua Majestade O Imperador, que no meio das dificuldades e perigos da guerra se acha entre nós, fazendo um grande sacrifício para dar um grande exemplo¹⁶.

Ao pedir o esforço de todos os brasileiros para “salvar e vingar a pátria invadida e ultrajada pelo Estrangeiro”, o Visconde da Boa Vista estava invocando potenciais sentimentos nacionalistas dos componentes da milícia rio-grandense para, dessa forma, mobilizá-los para a guerra. Podemos citar novamente Hobsbawm, que afirmou que a base do nacionalismo “era a presteza com que as pessoas se identificavam emocionalmente com a ‘sua’ nação e podiam ser mobilizadas como tchecos, alemães, italianos ou quaisquer outras, presteza que podia ser explorada politicamente” (1998, p. 204), algo que, como parece, estava tentando fazer o Visconde com os cidadãos rio-grandenses.

Nesse sentido, os discursos das autoridades do governo provincial passaram a defender que os rio-grandenses deveriam deixar de lado possíveis conflitos políticos internos em favor de uma unidade nacional que seria fundamental para enfrentar um inimigo comum. Por esta razão é que, durante este processo de criação de uma identidade nacional no Brasil do século XIX, como observou com pertinência Manoel Salgado Guimarães:

Na medida em que Estado, Monarquia e Nação configuram uma totalidade para a discussão do problema nacional brasileiro, externamente define-se o ‘outro’ desta Nação a partir do critério político das diferenças quanto às formas de organização do Estado. Assim, os grandes inimigos externos do Brasil serão as repúblicas latino-americanas, corporificando a forma republicana de governo, ao mesmo tempo, a representação da barbárie (1988, p. 7).

Constatamos essa identificação do inimigo, do ‘outro’, por exemplo, através das palavras do presidente da Província, Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, quando conclamava, em 22 de janeiro de 1867, o brigadeiro David Canabarro a prestar todo apoio necessário na organização do 3º Corpo do Exército, comandado por Manoel Luis Osório (Barão do Herval). Além de salientar o “heroísmo” e

¹⁶ Idem.

“sacrifício” da Província do Rio Grande do Sul, é interessante que Homem de Mello observava que as divisões políticas internas entre os brasileiros, naquele momento, deveriam ser deixadas de lado em nome de uma questão maior, a causa nacional. Vejamos o seu discurso:

Sei que esta heróica Província tem feito imensos sacrifícios na presente guerra. Mas em seu nunca desmentido patriotismo há nisso mais uma razão para, por um esforço supremo, superarem-se todos os obstáculos e desafrontar-se por uma vez a nossa dignidade, tão traiçoeiramente ultrajada. Fiquem de lado as nossas questões internas, que não devem aparecer diante do inimigo comum. Conte VS com toda a minha coadjuvação como eu conto com sua eficaz cooperação em bem da causa nacional, pela qual devemos estar unidos em um só pensamento¹⁷.

O discurso de Homem de Mello pela união nacional fazia sentido, se considerarmos o contexto político do Rio Grande do Sul naquele momento, marcado pela ascensão do Partido Liberal, que obteve maioria na Assembléia Provincial a partir da 12^a legislatura, sobrepujando o Partido Liberal Progressista e, com isso, o fortalecimento das críticas ao poder central, com destaque para atuação de Gaspar Silveira Martins. Haviam aderido ao Partido Liberal figuras políticas e militares importantes da Província, como o próprio David Canabarro e também Manoel Luis Osório.

A pretexto da guerra contra o Paraguai, mas muito mais em razão desta ascensão liberal, o governo imperial, através do decreto número 3.754, de 19 de dezembro de 1866, suspendeu as eleições na Província até o final do conflito. Essa atitude, segundo Helga Piccolo, teve o objetivo de “sustar ou dificultar a marcha do Partido Liberal em busca de sua hegemonia política no Rio Grande do Sul” (1992, p. 55-57). A medida teve êxito, pois, a partir de 1869, o Partido Conservador retomava a maioria na Assembléia Provincial, alijando os liberais, em eleições marcadas por uma intensa instrumentalização política da Guarda Nacional.

Não podemos esquecer que contribuiu para essa ascensão conservadora na Província a virada política na conjuntura nacional, visto que a intervenção de D. Pedro em 1868, demitindo o Gabinete liberal progressista, chefiado por Zacarias de Góis e Vasconcellos, e dissolvendo a Câmara, que até então possuía maioria liberal, teve a ascensão dos conservadores ortodoxos ao poder central como consequência.

¹⁷ AHRS, A-4.75, Correspondência expedida pelo presidente da Província Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello ao CSGN de Quarai e Livramento David Canabarro, 22/01/1867.

Com isso, ao estarem no governo, podiam influir decisivamente no processo eleitoral no Rio Grande do Sul, pois detinham poder de nomear o presidente da Província, chefe de polícia, delegado de polícia, comandantes superiores, entre outras autoridades¹⁸.

Entretanto, retornando nossa análise à conclamação do presidente Homem de Mello a David Canabarro, inferimos que uma das estratégias utilizadas pelos presidentes da Província para incentivar e tentar sensibilizar os senhores guerreiros rio-grandenses, aqui estamos nos referindo principalmente aos comandantes da Guarda Nacional, era construir discursivamente a imagem de destemidos e heroicos homens que sempre estavam de prontidão para a defesa do Império, demonstrando, assim, seus bríos e dignidade. É produzindo esta representação de alguns comandantes da milícia que a autoridade máxima do poder central na Província, o presidente, costumava apelar quando necessitava da força militar destas lideranças locais. Sendo assim, havia uma nítida intencionalidade nessas representações formuladas pelos presidentes da Província, pois como observou com pertinência Roger Chartier:

(...) as representações do mundo social (...) embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (1990, p. 17).

Nesse sentido, as falas dos presidentes, que estamos selecionando, podem ser entendidas como um tipo de estratégia discursiva para sensibilizar os chefes locais a apoiarem a política realizada pelo governo central, fazendo com que a Guarda Nacional atuasse, como estamos destacando nesta pesquisa, como articuladora dos poderes local e central. Quando da criação do comando superior de Alegrete e Uruguaiana, em 1º de fevereiro de 1868, o presidente Homem de Mello tecia muitos elogios ao coronel João Francisco Menna Barreto, que, naquela ocasião, estava sendo nomeado comandante superior:

¹⁸ Sobre este contexto político ver: TASINAFO, Célio. Complicando o que parece simples: a inversão partidária de 1868. In: OLIVEIRA, Cecília Salles; PRADO, Maria Ligia e JANOTTI, Maria de Lourdes. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006. NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

Os honrados precedentes de VS, como oficial superior do Exército e seus importantes serviços prestados nessa fronteira durante minha administração determinaram-me a apresentar ao Governo Imperial o seu nome para o posto de Comandante Superior da Guarda Nacional deste distrito.(...) Zelando os brios da Província e dos dignos comandantes de fronteira que, como VS tanto tem se distinguido por sua dedicação no serviço, eu não posso aceitar que fora dela no seio de nosso Exército se julgue que estamos indefesos e que o serviço da fronteira fosse uma ficção (...) ¹⁹.

Seguia Homem de Mello salientando a necessidade de fortalecer a organização da Guarda através de “um esforço de patriotismo, a união dos bons cidadãos (...)”²⁰ e, como afirmava, a “repressão dos tíbios e inertes”²¹. Sugerindo que o coronel Menna Barreto reunisse seus esforços aos do coronel Antonio Caetano Pereira e aos do tenente-coronel José Joaquim de Assumpção, Homem de Mello acreditava que somente dessa maneira se poderia “reanimar o espírito público”²² e mobilizar os guardas nacionais para irem lutar no Paraguai, já que o Marquês de Caxias, que assumira o comando das forças aliadas em janeiro de 1868, substituindo a Bartolomeu Mitre, havia solicitado reforço militar para ter condições de retomar a ofensiva contra as tropas de Solano Lopez.

É necessário acrescentar que esses discursos que construíam uma imagem da Guarda Nacional rio-grandense como heróica, patriótica, destemida, entre outros adjetivos, eram também proferidos através da imprensa rio-grandense da época que, como característica principal, constituía-se num instrumento de expressão política para a veiculação das idéias de distintas agremiações ou partidos. Assim, cada jornal geralmente configurava-se em meio de comunicação de um determinado grupo político. O periódico *O Conciliador*, por exemplo, que difundia os princípios do Partido Liberal Progressista, dominante na Assembléia Provincial entre 1856 e 1865, também se referia, em suas matérias, a uma milícia heroica e que teria se sacrificado em benefício do Império, principalmente na manutenção da ordem interna e como auxiliar do Exército nas guerras. Em artigo de 10 de março de 1859, o jornal enfatizava que os sacrifícios dos guardas nacionais rio-grandenses não eram recompensados pelo Império:

¹⁹ AHRS, A-4.75, Correspondência expedida pelo presidente da Província Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello ao CSGN de Alegrete e Uruguaiana João Francisco Menna Barreto, 01/02/1868.

²⁰ Idem.

²¹ Ibidem.

²² Ibidem.

Ao Exército e à Guarda Nacional deve o Império os seus mais brilhantes dias, seus dias de glória – a confirmação de sua independência, a sustentação de sua integridade, e a manifestação mesmo de suas idéias no exterior.(...) Seus dias são contados por atos de inteligente lealdade, de verdadeiro heroísmo, de sacrifícios de toda a casta. Mas o que tem dado a Nação agradecida aos seus servidores? Enquanto eles velando nas fronteiras e nas praças, gastam seus dias ao relento, à chuva, as intempéries atmosféricas, o que tem o governo feito em prol do Exército e da Guarda Nacional?(...) e depois de longos e quase continuados destacamentos nas praças e fronteiras, volta para ver no lar doméstico o recrutamento lhe arrebatando os filhos e irmãos, o fisco vexando-o no íntimo de suas produções, e suas terras disputadas pela ambição do colono estrangeiro que quer, na partilha dos bens que conserva ao Estado o sangue de seus filhos, ser o único usufrutuário, o único possuidor. A guarda cívica exige dos seus membros até o sacrifício que tem a milícia ativa em campanha, e não lhes dá nem repouso, nem o sossego, nem a proteção de seus bens. (...) Dar-se-á o caso de que o governo entenda que os nossos corpos de exército, que a Guarda Nacional destacada deva passar os invernos nas beiras dos capões e costa dos arroios, em barracas de pano, ou ranchos de palha feitos pelos mesmos soldados com prejuízo da disciplina, do serviço e com grave perda de fardamentos equipamentos e armamentos, comprometendo assim a saúde e o vigor desses homens que se dedicam à segurança de uma das mais importantes fronteiras do Império? Dar-se-á o caso de que o governo esqueça tão injustamente os cidadãos que deixam suas fazendas, suas lavouras, seu comércio, suas indústrias, e que sob estandarte nacional vão passar longe de suas famílias em longos destacamentos? Não é bastante este sacrifício pesado? (...) ²³.

Mais uma vez, cerca de dois meses após ter publicado a matéria acima, *O Conciliador* voltava a se dedicar ao mesmo assunto, ressaltando o papel da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul como instrumento institucional fundamental para a consolidação do Estado imperial, mas outra vez queixando-se de que os guardas se sacrificavam pelo Império sem receber o devido reconhecimento do governo central:

A Guarda Nacional, instituição democrática e sustentadora da autoridade legal como dos direitos do povo, tem, entre nós, correspondido sempre bem à grandeza de sua missão. Desde os dias nefastos em que a hidra da anarquia, sob o governo excepcional das regências, na minoria do atual Imperador, (...) que a vimos através de todas as dificuldades e perigos, sustentando sempre a legalidade. Quando a imprevidência do governo na organização do Exército o tem posto sem soldados, ela tem corrido aos destacamentos, deixando seu lar doméstico, suas indústrias e suas famílias entregues ao desamparo, à desordem e a pobreza. Quando a honra nacional nos brada de bem longe, no solo do estrangeiro, ela nunca hesitou em ouvir os seus reclamos e em correr aos azares da guerra, através dos pampas e sob um céu diverso, erguendo bem alto o pavilhão auriverde e dando aos vencidos a prova mais cabal da nossa civilização e generosidade. Nunca o exército marchou à guerra e aos combates, sem que visse ao seu lado, e

²³ MCSHC, *O Conciliador*, 10/03/1859.

algumas vezes em sua dianteira, essas bravas falanges de cidadãos-soldados, com a mesma divisa, com os mesmos estandartes, e, o que é mais notável, com a mesma disciplina e regulamentos. De par em par tem sido ambos bravos e honrado sempre a Nação, confirmando a harmonia que estabelece a Constituição entre a democracia e a realeza, entre a autoridade e o povo. Mas o que tem ela além da glória e da consciência de seus bons serviços, da satisfação de bem cumprir a sua missão de cidadãos livres? As honras, e privilégios dos oficiais de 1ª linha, segundo os postos que lhe são conferidos, é verdade, mas nada além. E será isto justo?²⁴.

Como verificamos no texto acima, *O Conciliador* fazia questão de recuperar o papel da Guarda Nacional desde o tempo em que ela fora criada, ressaltando seus serviços ao lado do Estado imperial. O sentido de resgatar essa atuação da milícia, ao que nos parece, relacionava-se à tentativa de comprovar os sacrifícios realizados pelos cidadãos rio-grandenses e exigir do governo central algum tipo de recompensa que não fosse apenas simbólica. O jornal salientava que o Império se esquecia do soldado-cidadão que, da mesma forma que o soldado de 1ª linha, gastava seus dias no serviço da pátria. O periódico do partido liberal-progressista, ao que parece, acreditava que os guardas nacionais deveriam receber um tratamento especial do poder estatal e, ao final do seu artigo, exigia do poder legislativo central uma lei que recompensasse os cidadãos-soldados rio-grandenses, concluindo o texto da seguinte forma: “Para nós, que somos filhos da heroica província do Rio Grande do Sul, é esta uma questão importante e da qual nos ocuparemos sempre”²⁵.

Portanto, percebemos que, além de valorizarem a atuação da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, como instrumento de fortalecimento do Estado imperial, como faziam os presidentes de Província e outros agentes do poder central, alguns jornais da Província faziam questão de aliar a tal elogio a importância do sacrifício e, como diziam, do “pesado fardo” que cabia aos guardas nacionais e à própria Província, quando da participação dos cidadãos rio-grandenses no serviço ativo da milícia, principalmente nos conflitos bélicos. Nesse aspecto, constatamos a presença ainda marcante de uma postura muito recorrente na história do Rio Grande do Sul, visto que desde a colonização portuguesa do Brasil meridional e, principalmente, a partir do final do século XVIII, existia uma insatisfação de parcela da elite rio-grandense com o poder central, que culminou, como sabemos, na Guerra Farroupilha.

Gostaríamos de salientar a permanência dessa insatisfação e de certa

²⁴ MCSHC, *O Conciliador*, 08/05/1859.

²⁵ Idem.

resistência de alguns rio-grandenses em aderir integralmente à centralização política promovida pelo Estado imperial. Assim, desejamos ressaltar que, embora nosso intuito ao longo deste artigo tenha sido ressaltar a importância da Guarda Nacional rio-grandense como instrumento para a construção do Estado nacional, é imprescindível observarmos que esse processo, além de não se realizar sem resistências, não conseguiu, obviamente, vencer todas elas. Uma dessas resistências, como inferimos, podia ser identificada, às vezes, nos discursos proferidos pelo Partido Liberal Progressista através do jornal *O Conciliador*. Como observou Newton Carneiro em seu estudo sobre o regionalismo político no Rio Grande do Sul, o Partido Liberal Progressista, composto em sua maioria por liberais que se aliaram aos conservadores moderados, expressava uma postura de descontentamento de um segmento da elite proprietária rio-grandense com as diretrizes do poder imperial. Tal elite não desejava perder o controle do processo de integração ao Estado nacional, mantendo alguns princípios caros aos liberais, como a defesa da descentralização política (2000, p. 123-124).

Contudo, muitas vezes, os liberais progressistas compartilhavam com os agentes do poder centralizado uma representação idêntica acerca da Guarda Nacional, principalmente quando era para enfatizar os supostos grandes feitos de alguns oficiais. Em 20 de março de 1859, o jornal *O Conciliador* elogiava o presidente da Província, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, pela nomeação como comandante superior do liberal David Canabarro para o Comando da Guarda Nacional de Livramento e Quaraí, fazendo a seguinte descrição a respeito do brigadeiro:

Em Santana do Livramento o Comando Superior foi dado ao bravo, ao honrado, ao muito digno Brigadeiro honorário David Canabarro. Homem encarregado de serviços à pátria, prestigioso em toda a Província por sua longa vida passada entre os combates e por seu honesto proceder, é sobretudo nas fronteiras de Quaraí e Uruguai onde o seu nome só faz levantar uma divisão, entusiasma-la e guiá-la aos mais árduos perigos, era sem sombra de dúvida o cidadão mais apto para este cargo, e não só o Exmo. Presidente como o Governo Imperial, com esta nomeação, mostram quanto vão de acordo com as idéias da Província, com as necessidades mais palpitantes dela²⁶.

Todavia sabemos que esta imagem construída a respeito do brigadeiro Canabarro pelo jornal não correspondia totalmente à sua atuação como comandante

²⁶ MCSHC, *O Conciliador*, 20/03/1859.

superior de Livramento, tanto na esfera da política, quanto nos assuntos de natureza militar. Muitas das ações do brigadeiro eram bastante questionadas e sofriam, por exemplo, a resistência de parcela de guardas nacionais de seu município, principalmente de alguns oficiais da milícia capitaneados pelo tenente-coronel Feliciano Ribeiro de Almeida. Canabarro, portanto, não era figura incontestável.

O que parece mais interessante é que *O Conciliador* produzia uma imagem semelhante de outro comandante superior, o coronel Antonio Fernandes Lima, comandante da Guarda Nacional de São Borja e Itaqui e que, a princípio, poderia ser um inimigo político dos liberais-progressistas, já que era um dos expoentes do campo conservador em sua região. Mesmo assim, o periódico liberal-progressista publicou um texto extremamente elogioso a respeito do comandante de São Borja e Itaqui:

O Sr. Coronel Fernandes é um verdadeiro soldado, é um desses missionários que são como o tipo da lealdade, da bravura e da honra; na vida particular como na pública, a consciência calma e tranqüila de ter cumprido o seu dever o faz levantar a cabeça altiva entre amigos e adversos. Missões em peso, não exageramos, se levanta hoje a sua voz, porque para todos o Sr. Coronel Fernandes é um homem generoso e bravo, é um companheiro que guiando a guarda cívica aos combates toma-lhe sempre a dianteira e é o que recebe os primeiros golpes no campo da batalha (...). Em Itaqui, S. Borja e Povos ele reúne os guardas com prontidão, que o seguem seguros da vitória, como fez na passada guerra. Todos confiam nele, e o Governo Imperial nomeando-o, sob proposta da presidência, prestou aqueles abandonados municípios de S. Borja e Itaqui, um serviço real, uma homenagem à opinião pública que ali se manifestava sem reboço e em todas as ocasiões que pedia e o devia fazer.²⁷

Esses discursos de valorização da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul continuaram sendo reiterados durante o conflito com o Paraguai e, nos parece, pretendiam afirmar a importância da atuação da milícia rio-grandense na guerra ao mesmo tempo em que tentar mobilizar mais homens para serem enviados aos campos de batalha. Portanto temos aqui um exemplo de como as representações, ao produzirem um determinado imaginário social acerca da Guarda Nacional da Província, possuíam um apelo à ação. Como observou Bronislaw Baczko, o imaginário social, ao mesmo tempo em que nos informa acerca da realidade, constitui-se num apelo à ação, uma espécie de chamado para que as pessoas se

²⁷ MCSHC, *O Conciliador*, 20/03/1859. Pelo que temos informação, o coronel Antonio Fernandes Lima passaria a sofrer fortes resistências ao seu papel como comandante superior durante o segundo semestre de 1872, principalmente quando os liberais começaram a acusá-lo sistematicamente de utilizar seu cargo para beneficiar-se politicamente.

comportem de determinada maneira. Nesse sentido, definiu Baczko que o imaginário, como um esquema de interpretação e valorização do mundo,

suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos de sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum (BACZKO, 1985, p. 311).

Esse parecia ser o sentido dos discursos formulados pelos agentes do Estado imperial e por setores da imprensa política da época, pois, ao mesmo tempo em que atribuíam valores aos guardas nacionais rio-grandenses, desejavam também mobilizá-los para a guerra. Acreditamos que era esta a intenção também do jornal *A Sentinella do Sul*,²⁸ de Porto Alegre que, no dia 9 de fevereiro de 1868, através do artigo intitulado *A Cavalaria Rio-Grandense*, nos oferece uma belíssima imagem a respeito da referida corporação e principalmente de seus componentes, particularmente do comandante superior da Guarda Nacional de Rio Pardo e Encruzilhada, José Joaquim de Andrade Neves:

Estampamos hoje nas páginas do centro de nossa folha a vista de um ataque executado pela cavalaria rio-grandense ao mando do general Andrade Neves, nas imediações do Rio-Hondo em 3 de agosto de 1867. Qual coração rio-grandense, que não estremecerá de júbilo ao ver essa cavalaria invicta, como se atira de encontro ao inimigo, levando-o de vencida no primeiro choque, derrubando-o, pisando-o, esmagando-o, fazendo-o retroceder, e fugir em vergonhosa debandada? Vede aí o velho guerreiro, o herói de cem combates, o invicto José Joaquim, como à frente dos seus centauros se atira ao meio da peleja, onde mais ardente ferve a luta? Vede os seus ajudantes de campo como se precipitam, quais leões sobre o inimigo, derrubando todos os obstáculos? E vede finalmente os bravos lanceiros do Rio Grande, que trocando ainda ontem o humilde arado do lavrador, o laço do criador, pela lança e a férrea espada do guerrilheiro, aí praticam milagres de valor e mantém ileso a reputação de nossa cavalaria, que não pede vênias à da Hungria, nem inveja a destreza e valor aos cossacos da Ucrânia. (...) Andrade Neves, de sabre em punho e montado em fogoso ginete, peleja ao lado dos seus camaradas; um ou outro já se adiantou ao general, levado por febril entusiasmo; o estandarte do Brasil flutua ovante (sic) no meio do piquete do general; a fumaça da pólvora envolve o quadro, e as graciosas hastes das palmeiras lhes formam o fundo adequado a esse ataque impetuoso dos valentes filhos do Rio Grande (...).²⁹

²⁸ O jornal **Sentinella do Sul** existiu entre julho de 1867 e janeiro de 1868 e faziam parte do quadro de redatores Júlio Timoteo de Araújo, Manuel Felisberto Pereira da Silva, Inácio Weingartner, Carl von Koseritz e Eudoro Berlink.

²⁹ MCSHC, *A Sentinella do Sul*, 09/02/1868.

Não satisfeito em construir essa exaltada imagem da cavalaria da Província e, em particular, do comandante superior Andrade Neves, o jornal, no intuito de reforçá-la, acrescentava a carta que José Garibaldi havia endereçado, alguns anos antes, a Domingos José de Almeida, na qual fazia, como observou o periódico *A Sentinella do Sul*, “tão esplêndida justiça à nossa cavalaria”:

Modena, 10 de setembro de 1859. Meu prezado amigo Sr. Almeida. (...) Eu vi corpos de tropas mais numerosas, batalhas mais disputadas; mas nunca vi em nenhuma parte, homens mais valentes, nem cavaleiros mais brilhantes, que os da bela cavalaria rio-grandense, em cujas filas principiei desprezar o perigo, e combater dignamente pela causa sagrada das nações! (...) Onde estarão agora esses belicosos filhos do continente, tão majestosamente terríveis nas batalhas? Onde Bento Gonçalves, Netto, Canabarro, Teixeira, e tantos valorosos que não lembro...Oh! quantas vezes tenho desejado nestes campos italianos um só esquadrão de vossos centauros avesados (sic) a carregar uma maça (sic) de infantaria com o mesmo desembaraço como se fora um grupo de gado?! Que o Rio Grande ateste com uma modesta lápide o sítio em que descansam seus ossos. E que vossas belíssimas moças cubram de flores esses santuários de vossas glórias, é o que ardentemente desejo. (...) Vosso verdadeiro amigo, J. Garibaldi³⁰.

Entendemos que tais representações construídas acerca da Guarda Nacional e, conseqüentemente, dos senhores guerreiros rio-grandenses, criavam a imagem de uma milícia heroica e guerreira destemida. Essa imagem produzida pretendia salientar a importância da Guarda rio-grandense que, ao longo desses anos, não teria lutado em vão, mas que, através de seus incontáveis sacrifícios, teria contribuído decisivamente para a construção do Estado nacional brasileiro. Esse era o sentido também das palavras apresentadas pelo presidente da Província, Francisco Xavier Pinto Lima, na abertura da 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, no dia 14 de março de 1871. Fazendo uma espécie de balanço da Guerra do Paraguai, o presidente descrevia assim a participação da Guarda Nacional rio-grandense:

Na luta que se travou entre o Império e a República do Paraguai, é conhecido o importante papel, que coube representar a Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, principalmente a sua brilhante cavalaria. Os Corpos que não foram à terra inimiga desafrontar a pátria ultrajada prestaram valiosos contingentes para engrossar as fileiras do Exército; mas as balas, as enfermidades e as privações, por que tiveram de passar, abriram neles

³⁰ Idem.

claros profundos e voltaram à terra natal extremamente reduzidos. Hoje, que o Império desfruta de completa paz, entendo que os Corpos da Guarda Nacional devem ter a conveniente organização, aproveitando-se de preferência para preencher as vagas de oficiais, os valentes vingadores da honra nacional, que tiveram a felicidade de regressar à sua Província³¹.

Como é factível percebermos, através de falas que exaltavam o suposto sentimento nacional dos guardas rio-grandenses, acreditamos que esses agentes da administração imperial buscavam construir, simbolicamente, a concepção de homens identificados, sentimentalmente, com o Império do Brasil. Para tanto, tais discursos representavam o guarda nacional rio-grandense como alguém que estava imbuído de valores tais como honra, patriotismo, coragem, valentia, entre outros empregados, como vimos, pelos ministros e presidentes da Província na caracterização da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul.

Entendemos ainda que o próprio discurso reiterado dessas autoridades imperiais era veiculado como instrumento para instigar a formação de uma identidade nacional, visto que tal mensagem atribuía à instituição Guarda Nacional a função de promotora dos valores nacionais, canalizando os sentimentos daqueles que desejavam defender o projeto imperial bragantino. Esse aspecto é de fundamental importância para o entendimento do processo de construção do Estado nacional brasileiro, visto que a identidade nacional, pelo que estamos vendo, foi forjada a partir da centralidade do Estado e de suas instituições, entre elas, a Guarda Nacional. Como observou Helga Piccolo,

(...) era através de um projeto centralizado que o Rio de Janeiro entendia a construção de uma identidade nacional que se sobrepusesse a possíveis identidades regionais. Para a elite dirigente brasileira, identidade nacional significava identificação com o projeto imperial (1998, p. 280).

Ricardo Salles também compreendeu a formação da identidade nacional, no Segundo Reinado, a partir do poder centralizador do Estado, quando afirmou que no Brasil imperial a "fundação de uma entidade nacional estava alicerçada em um Estado que era moldado por, mas, principalmente, moldava um conjunto abrangente de noções e valores: pátria, povo, caráter, vocação histórica" (SALLES, 1996, p. 32), entre outros elementos apresentados por este historiador. Gostaríamos de acrescentar que, como estamos percebendo, a Guarda Nacional, na condição de instituição do Estado imperial, ajudava a moldar estas noções e valores nacionais.

³¹ AHRS, A-7.11, Relatório do presidente da Província conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima na abertura da 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial, 14/03/1871.

Sendo assim, podemos compreender a construção do Estado nacional brasileiro à semelhança da caracterização que Hobsbawm que ofereceu para o fenômeno histórico do surgimento dos nacionalismos ocorrido ao longo do século XIX na Europa. O historiador inglês apontou que, na maioria das situações históricas, a nação é forjada a partir do Estado. Nesse processo, o poder institucional mobilizava seus cidadãos por intermédio de diversos agentes, que passavam a fazer parte do aparelho estatal desses Estados, como os funcionários públicos, a polícia, a educação pública, entre outros (2006, p. 212).

Remetendo-nos ao nosso objeto de pesquisa, poderíamos concluir que, assim como estas instâncias citadas por Hobsbawm, a Guarda Nacional também atuou no Brasil do Segundo Reinado como um instrumento fundamental de difusão do sentimento nacional, buscando construir uma relação de compromisso dos cidadãos para com o Estado imperial, auxiliando a criar, como já salientamos, uma comunidade imaginária identificada com ele, a nação.

Essa nação para se instituir e se fortalecer precisava também de uma memória. Por este motivo, as representações de uma milícia rio-grandense heroica e patriótica podem ser compreendidas também como um momento inicial de criação de uma memória acerca do papel da instituição e dos cidadãos que a compunham como um dos pilares fundamentais da construção do Estado nacional. Conforme afirmou Bronislaw Baczko, uma das funções importantes dos imaginários sociais é a organização e controle do tempo coletivo no plano simbólico. Desse modo, os imaginários interferem e são responsáveis pela produção de uma memória coletiva, na qual “os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram” (1985, p. 312). Por isso, nessa perspectiva, não estamos interessados em saber se a Guarda Nacional rio-grandense foi realmente heroica, patriótica e composta por honrosos guerreiros destemidos. O que queremos, ao longo deste artigo, é compreender melhor as razões que levavam os representantes do Estado imperial na Província a difundir esta representação acerca da milícia. Com tal finalidade, entendemos que é imprescindível investigarmos os objetivos e estratégias que acompanhavam os discursos desses agentes do poder centralizado.

Sabemos que, ao longo do processo de constituição do Estado imperial, produziu-se, paralelamente, uma História e uma memória nacionais, visto que, desde a criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), realizava-se uma história oficial com o intuito de forjar uma identidade nacional e,

consequentemente, fortalecer o próprio Estado nacional em formação.³² Assim, recordar o passado era crucial para a construção deste Estado, principalmente no sentido de valorizar a ação de homens como os guardas nacionais rio-grandenses, atribuindo-lhes valores tais como patriotismo, heroísmo, entre outras virtudes que pretendiam representá-los como imbuídos de um sentimento nacional.

Um país, independente há poucas décadas e ainda em processo de conformação de sua identidade nacional, necessitava recordar. Ao selecionar do passado aquilo que auxiliasse para forjar uma identidade nacional criava-se uma memória, o que contribuía inestimavelmente na consolidação do projeto imperial bragantino. Recordar o passado, portanto, como salientou David Lowenthal, era crucial para o nosso sentido de identidade, na medida em que saber o que éramos confirma o que somos. Desse modo, saber o que éramos significava, para alguns representantes do poder imperial, como alguns presidentes da Província do Rio Grande do Sul, ou mesmo de setores da imprensa política rio-grandense, enfatizar a experiência de luta dos cidadãos da Província em defesa do Império, construindo a noção de heroicos e patrióticos guerreiros (1998, p. 288 e seguintes).

Tal perspectiva pode ser percebida através da fala de José Fernandes da Costa Pereira Junior, presidente da Província no início da década de 1870, quando, em 1º de dezembro de 1872, ele passava a administração provincial para o seu sucessor:

Falar na Guarda Nacional desta Província o mesmo vale que falar no valor e no patriotismo e memorar notáveis feitos com que se glorifica o nome brasileiro. A história desta grande instituição do Rio Grande é, como Vossa Excelência não ignora, a de uma longa sucessão de sacrifícios e heroísmos em prol da causa pública. Falam ainda para que não cessem as bênçãos da pátria, os ecos da vitória na guerra do Paraguai e o luto glorioso que cobre as famílias dos soldados da milícia cívica, que ali morreram abraçados à bandeira em que viam a imagem do berço e a honra da nação.³³

Se tal imagem dos milicianos, construída pelo presidente acima, correspondia fielmente ao que ocorrera já não fazia diferença, desde que tal representação servisse como componente mobilizador para o fortalecimento da identidade nacional dos rio-

³² Sobre o IHGB e o papel da história na construção do Estado e da nação no Brasil do século XIX ver, por exemplo: CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e Nação no Brasil do século XIX. Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004, bem como alguns artigos constantes na obra organizada por GUIMARÃES, Manoel Salgado. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

³³ AHRS, Relatório do presidente da Província José Fernandes da Costa Pereira Junior, 01/12/1872.

grandenses ao Estado imperial. Portanto, nesse aspecto, retomando o que há pouco dissemos, saber se os guardas nacionais gaúchos foram heroicos e patrióticos guerreiros não vem ao caso, pois compreendemos que um passado idealizado pode ser tão crível quanto um passado mais próximo daquilo que realmente aconteceu. A criação seletiva e idealizada de uma memória geralmente é mais convincente, já que ela pode reunir elementos muito mais persuasivos, e neles se fundamentar, para o convencimento de sua audiência. Criava-se, nesse sentido, um passado heroico e valoroso para a instituição do Rio Grande do Sul, a partir da ênfase nas qualidades de honra e patriotismo, que teriam norteado as ações dos guardas nacionais rio-grandenses, já imbuídos, segundo as representações construídas sobre eles pelos agentes do poder imperial e pela imprensa, de um sentimento nacional brasileiro. Constituía-se, com isso, a imagem de uma milícia cumpridora de sua tarefa, como instrumento político-institucional do aparelho de Estado responsável pela construção da nacionalidade brasileira. Através do elogio à sua participação nas intervenções militares no Prata, em meados do século XIX e, posteriormente, na Guerra do Paraguai, a Guarda Nacional rio-grandense e, por consequência, seus componentes, passaram a ser representados como um dos principais esteios do Estado. Tratava-se, sem dúvida, de uma inteligente estratégia na tentativa de integrá-los definitivamente ao Estado imperial centralizado, pois, ao valorizá-los, os agentes do poder imperial construíam um passado que integrava os, até então arredios rio-grandenses, ao Estado nacional brasileiro.

A criação incipiente de uma memória da instituição, através, por exemplo, dos discursos de alguns presidentes da Província e da imprensa política da época, que representaram a Guarda Nacional como bastião do patriotismo e os guardas nacionais rio-grandenses como heroicos guerreiros em favor da causa nacional atuava, em nosso entendimento, no sentido de forjar uma identidade nacional, já que, resgatando e valorizando a participação dos cidadãos rio-grandenses na consolidação do Império, buscava-se, mais precisamente, identificá-los ao Estado nacional em construção. Configurava-se, assim, numa tática de seleção e idealização do passado com o objetivo de acomodar e adaptar o que se lembrava às necessidades do presente. Como afirmou Lilia Schwarcz, “em uma situação de consolidação do projeto monárquico, a criação de uma determinada memória passa a ser uma questão quase estratégica” (1998, p. 128). Ou seja, os discursos dos representantes do poder imperial na Província e de alguns jornais porto-alegrenses da época, ao exaltarem os feitos

heroicos desses cidadãos, pretendiam anunciar que estes tinham sido úteis para o fortalecimento do Estado. Tais discursos buscavam confirmar a ideia de que o envolvimento dos cidadãos-soldados não teria sido em vão, mas em benefício de uma causa nacional. Era, nesse sentido, uma estratégia para, definitivamente, integrá-los à nação.

Assim, podemos afirmar que a Guarda Nacional funcionou como instrumento de integração dos rio-grandenses ao Império em dois aspectos que estão inter-relacionados. O primeiro se refere à participação efetiva da milícia nas diversas funções que ela cumpria em benefício do Império, como, por exemplo, na defesa da ordem interna e da integridade territorial. O segundo aspecto diz respeito à instrumentalização simbólica da Guarda Nacional como veículo de transmissão de um sentimento nacional, visto que, por intermédio dos discursos analisados neste artigo, tanto antes, durante ou depois dos eventos em que eles participaram, como, por exemplo, a Guerra do Paraguai, houve sempre uma estratégia de articular os cidadãos rio-grandenses ao poder central, instigando ou atribuindo a eles a ideia de pertencimento à nação. Mesmo quando tais discursos eram proferidos por setores da política local, embora muitas vezes ressentidos com as diretrizes do governo central, como era o caso dos liberais-progressistas, existia a intenção explícita de glorificar a atuação da Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul, através da demonstração do que consideravam como “enormes sacrifícios” realizados pelos cidadãos rio-grandenses em benefício do Império do Brasil.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaldi*. v.5. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

CARNEIRO, Newton. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e Nação no Brasil do século XIX*. Diálogos, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*, São Paulo, USP, v. 5, n. 11, jan/abr. 1991.

- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel/Bertrand, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- LE GOFF, Jacques. *L'imaginaire medieval*. Paris: Gallimard, 1985.
- LOWWENTHAL, David. *El pasado es un país extraño*. Madrid: Akal, 1998.
- PESAVENTO, Sandra. A invenção da sociedade gaúcha, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 2, n. 14, 1993.
- FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.
- FERTIG, André. A história política: da história tradicional à história renovada. *Territórios e fronteiras*, Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, v. 2, p. 267-284, 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, n. 1, 1988.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1992.
- PICCOLO, Helga. O federalismo como projeto político no Rio Grande do Sul. In: TARGA, Luiz Roberto Peicots (Org.). *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998.
- OLIVEIRA, Cecília Salles; PRADO, Maria Ligia e JANOTTI, Maria de Lourdes. *A história na política, a política na história*. São Paulo: Alameda, 2006.
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- SCHWARCZ, Lília M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.